

**XVIII Seminário de Pesquisa na  
Pós-Graduação em Filosofia**

# **CADERNO DE RESUMOS**



Crédito da imagem: @batatasemumbigo

## **Por que a guerra?**

**09 a 11 de dezembro de 2024**

**São Carlos - SP**

**XVIII Seminário de Pesquisa na Pós-Graduação em Filosofia  
PPGFil/UFSCar**

**Por que a guerra?  
09, 10 e 11 de dezembro de 2024**

**Caderno de resumos**

**São Carlos - SP  
PPGFil / UFSCar  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471c Seminário de Pesquisa na Pós-Graduação em Filosofia (18.: 2024 : São Carlos, SP)  
Caderno de resumos [recurso eletrônico] do 18º Seminário de Pesquisa na Pós-Graduação em Filosofia, de 09 a 11 de dezembro de 2024 ; comissão organizadora; Adriano Henrique de Souza Ferraz...[et al.]. – São Carlos, SP, 2024.  
31 p.

Disponível em: <https://www.semppgfil.ufscar.br/>  
Tema: Por que a guerra?

1. Filosofia – Congressos. I. Ferraz, Adriano Henrique de Souza. II. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDD (23 ed.) – 100

**Universidade Federal de São Carlos**  
Reitora Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira  
**Pró-Reitoria de Pesquisa**  
Pró-Reitor Prof. Dr. Pedro Sergio Fadini  
**Pró-Reitoria de Pós-Graduação**  
Pró-reitor Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
**Centro de Educação e Ciências Humanas**  
Diretora Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz  
**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**  
Coordenadora Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria

**Comissão organizadora**  
Adriano Henrique de Souza Ferraz  
Bruno Fernandes  
Caio Whitaker Tosato  
Helena Zoneti Rodrigues  
Lívia Francisco Arantes de Souza  
Lívia Pereira Salgado  
Mateus Lima dos Santos  
Rafael do Valle  
Tatiane Vieira dos Santos  
Vinicius Fratta Fritz

**Apoio**  
Departamento de Produção Gráfica da UFSCar

**Arte**  
@batatasemumbigo

## SUMÁRIO

<b>A pesquisa baseada em design aplicada à Filosofia: adaptações e possibilidades</b>	
Andrews Dubois Jobim	6
<b>Por que não a guerra? Crítica da pacificação em Thomas Hobbes por Espinosa e Michel Foucault</b>	
Adam William Italiano	7
<b>Dialética e história nas cartas sobre O capital, de Marx</b>	
Bruno Fernandes	8
<b>Conflito originário: a filosofia da guerra em três pré-socráticos</b>	
Felipe Luiz	9
<b>O fenômeno das guerras atuais: quando a força prevalece sobre a diplomacia</b>	
Garcia Matondo Vita Bige	10
<b>Exclusão Social e Abjeção: Contribuições da Psicanálise para exame da instrumentalização do racismo</b>	
Graziele Gonçalves de Lima	11
<b>Pensar o Eu a partir da pulsão: necessidade ou desvio?</b>	
Gustavo Campassi Salgado	12
<b>Dominação e autoridade: reconhecimento e conflitos sociais a partir de Hegel e Kojève</b>	
Gustavo Nascimento de Souza	13
<b>Perspectivas sobre o conceito de masoquismo em Freud: os anos de 1905 e as cartas a Fliess</b>	
Helena Zoneti Rodrigues	14
<b>Imaginação e conhecimento, entre a filosofia de Merleau-Ponty e a ciência de Einstein</b>	
Hugo Leonardo de Quadros e Tonon	15
<b>Os “trabalhos arqueológicos” de Goethe: entre filologia e história da arte</b>	
Icaro Gonzalez Ferreira	16
<b>Do centro ao limite: a transcendentalidade da linguagem em J. Lacan</b>	
Izabela Loner Santana	17
<b>Sujeito de Direito e Capitalismo: Forma-Jurídica e Forma-Mercadoria</b>	
João Paulo Santiago Ferreira	18
<b>A noção de desenvolvimento em O poder psiquiátrico</b>	
Kaira Neder	19
<b>A sociedade contra o Estado: A guerra enquanto mecanismo social primitivo na obra de Pierre Clastres</b>	
Laísa Lorena Massa	20
<b>Os desastres de Goya: catástrofe e história, ontem e hoje</b>	
Leonardo Rodrigues Silvério	21
<b>Verdade e justiça: uma história do impacto político do mercado na modernidade</b>	
Lívia Francisco Arantes de Souza	22
<b>Guerrear pelo supérfluo?</b>	
Mateus Lima dos Santos	23
<b>“A revolução não será transparente”: a questão do sujeito de Lacan no tema marxiano da alienação</b>	
Matheus Henrique Cezarino	24
<b>Racismo, identidade e laço social: O discurso do capitalista no Brasil</b>	
Miguel José Camargo de Jezus	25
<b>Freud e a desumanização do sexo</b>	
Pedro Fernandez de Souza	26
<b>O primado do interesse prático na questão cosmológica da liberdade na Crítica da Razão Pura</b>	
Rafael Tessare Dias	27
<b>A função da forma no furor poeticus de Marsílio Ficino</b>	
Richard Lazarini	28
<b>O conservadorismo na proposta estética do jovem Nietzsche</b>	
Sergio Carvalho da Fonseca	29
<b>O desejo pela servidão na teoria freudiana</b>	
Tiago Carvalho Lombardi Tosta	30
<b>Sobre o conceito de Inconsciente na obra do jovem Adorno</b>	
Vitor Salmazo	31

## A pesquisa baseada em design aplicada à Filosofia: adaptações e possibilidades

**Andrews Dubois Jobim**

Mestrando em Educação (PUC - RS)

Bolsista CNPq

Andrews.jobim@edu.pucrs.br

**Resumo:** Existem diversas correntes e tendências metodológicas que pautam a prática filosófica. Cada qual influenciada por distintas compreensões do que seja a Filosofia e pelo pensamento dos filósofos que as fundamentam. Contudo, há uma certa tendência ao individualismo, desconsiderando o envolvimento nas pesquisas de participantes como coautores ou cocriadores para as soluções apontadas para os problemas escolhidos como objeto do estudo, havendo assim, poucas iniciativas de trabalho coletivo registradas na literatura. Isso pode produzir resultados com baixa aderência aos lócus investigativos, podendo refletir proposições que não possuem valor ao contexto, esvaziando assim o potencial das soluções indicadas. Neste trabalho, apresentamos a abordagem metodológica da pesquisa baseada em design (DBR) reposicionada para campo da Filosofia, buscando fomentar práticas coletivas para a criação conceitual com maior significância para os participantes de uma pesquisa de cunho qualitativo e naturalista. Originalmente desenvolvida no campo da Educação, a DBR visa integrar teoria e prática por meio do desenvolvimento de artefatos com os sujeitos participantes, sendo iterativa em sua operação e integrativa entre as diversas áreas envolvidas. A DBR, considerando adaptação para o campo da Filosofia, possui pelo menos quatro etapas: (1) coidentificação dos problemas filosóficos em colaboração com o grupo; (2) criação conjunta de conjecturas, onde o grupo contribui com as hipóteses iniciais de como os conceitos devem ser trabalhados; (3) iteração através de práticas e reflexão crítica coletiva, as quais podem usar abordagens variadas, dependendo das necessidades da criação conceitual; (4) reflexão e sistematização coletiva, havendo um fechamento e revisão coletiva dos conceitos, avaliando não só sua aplicabilidade filosófica, mas também sua relevância prática para a realidade trabalhada. Nessa abordagem, o pesquisador-filósofo atua como um facilitador, organizando o processo e integrando as contribuições dos participantes. Assim, a DBR se apresenta como uma alternativa promissora para superar o individualismo histórico da Filosofia, promovendo uma prática colaborativa e contextualizada.

**Palavras-chave:** pesquisa em Filosofia, pesquisa baseada em design, criação de conceitos, trabalho colaborativo.

## Por que não a guerra? Crítica da pacificação em Thomas Hobbes por Espinosa e Michel Foucault

**Adam William Italiano**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista FAPESP

adamitaliano00@gmail.com

**Resumo:** Partindo de uma análise do pensamento hobbesiano, com enfoque no conceito de estado de natureza e na passagem ao estado civil, a apresentação mostra como tanto no *Leviatã* quanto no *Do Cidadão*, Thomas Hobbes utiliza a guerra para fundamentar a submissão dos súditos a um poder central decorrente de um contrato, cujo fim é a pacificação. Após essa apresentação geral, utilizaremos Espinosa e Michel Foucault como contraponto ao pensamento hobbesiano. O primeiro afirma que o estado de natureza é uma condição irremediável e que indiferentemente das condições, os homens tendem a digladiar, como também podem se agenciar para constituir um Estado potente, no qual, apesar dos conflitos, reina a concórdia. O segundo, invertendo a frase de Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”, afirma que a política é a continuação da guerra por outros meios. Agenciando ambos, pretende-se defender que a política é um campo agonístico, território de batalhas, no qual estão em disputa afetos (Espinosa), poderes e saberes (Foucault).

**Palavras-chave:** Guerra; Pacificação; Política.

## Dialética e história nas cartas sobre *O capital*, de Marx

**Bruno Fernandes**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista FAPESP

brunofernandes@estudante.ufscar.br

**Resumo:** Considerando a proposta de inversão da dialética, sobretudo a transição de uma consciência produtiva para uma consciência improdutiva, minha pesquisa busca investigar como Marx preservou em sua obra madura a distinção entre dialética e história, uma distinção essencial para o funcionamento e, principalmente, para o caráter especulativo do sistema hegeliano. Com esse objetivo, pretendo explorar a especificidade e a relação entre o plano lógico e o plano histórico em *O Capital*. Entretanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, observei que essa questão já se manifestava nas cartas trocadas entre Marx e Engels, especialmente nas ocasiões em que Marx se opunha à ideia de relacionar dialética e história, como sugerido por Engels. Essa recusa parece evidenciar, por um lado, a convicção de Marx sobre as especificidades dessas determinações da realidade e, por outro, a falta de compreensão de Engels ao relacioná-las de forma acrítica. Nesta comunicação apresento, primeiro, a questão geral a partir dos *Grundrisse* e de *O capital* e, depois, algumas cartas que mostram as diferenças entre Marx e Engels com relação ao tema.

**Palavras-chave:** Marx; Engels; Dialética; História; Cartas.

## Conflito originário: a filosofia da guerra em três pré-socráticos

**Felipe Luiz**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

gumapoldo51@yahoo.com.br

**Resumo:** Caso entendamos por filosofia da guerra as utilizações que os filósofos fizeram de temas bélicos em suas reflexões, esta é uma das disciplinas mais antigas da filosofia, visto que, já com Anaximandro, motivos guerreiros se insinuam na filosofia. Esse filósofo milésio desenvolve o que poderíamos chamar de proto-ontologia, onde tanto a *archē* do cosmos, quanto seu fim estão encapsulados em uma disputa entre as coisas, nos marcos de sua mútua desavença. Outro jônico que também se valeu de temas oriundos da guerra a fim de pensar a organização do ser foi Heráclito de Éfeso. Vários de seus fragmentos tratam nomeadamente de conflito e a referência ao *polemos* (um dos termos gregos para guerra) é constante, no interior de uma ontologia mobilista, onde o conflito entre as partes parece ser o motor do movimento ele mesmo. Alguns comentadores chegam a afirmar que Heráclito posicionou acima mesmo dos deuses a guerra enquanto espécie de superdivindidade, à qual cumpre determinar até mesmo quem alcançará o *status* divino. Por fim, outro pensador, desta vez ocidental, visto que oriundo da Magna Grécia, que salientou o papel dos conflitos na estrutura mesma do ser foi Empédocles de Ácragas, o mais influente dentre os pré-socráticos, se considerarmos que sua teoria das quatro raízes (ou elementos) reinou imbatível no Ocidente até a Era Moderna, visto ter sido adotada, com modificações, por Aristóteles. Para Empédocles, tudo é constituído da mistura proporcional dos quatro elementos segundo duas forças primordiais, o amor (ou amizade, *philia*) e a querela (ou inimizade, *neikos*); através do amor as coisas tendem a se unir e se tornar uma só, através da querela elas se desagregam e se diferenciam. Para Empédocles, seu tempo (e, talvez, o nosso) seria marcado pela querela. Diante dessas ontologias, onde motivos bélicos são salientados, o intuito de nossa comunicação é indagar-se sobre o tema do evento: por que a guerra? Por que nas origens mesmas da civilização ocidental já se salientava o conflito como fundante do ser?

**Palavras-chave:** Filosofia da guerra. Anaximandro de Mileto. Heráclito de Éfeso. Empédocles de Ácraga.

## **O fenômeno das guerras atuais: quando a força prevalece sobre a diplomacia**

**Garcia Matondo Vita Bige**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

gbige@estudande.ufscar.br

**Resumo:** Por que a guerra? Este questionamento guia a análise do fenômeno das guerras atuais. Sob o título “O Fenômeno das Guerras Atuais: Quando a Força Prevalece sobre a Diplomacia”, investiga-se as razões para a persistência de conflitos armados em um mundo dotado de ferramentas avançadas de negociação e cooperação. O problema central está na prevalência da força militar sobre a diplomacia em crises internacionais, resultando em violações de direitos humanos e devastação, exemplificadas pelos conflitos entre Rússia e Ucrânia e as tensões no Oriente Médio. A análise fundamenta-se em três pilares filosóficos: Thomas Hobbes, que destaca a inclinação humana à guerra devido à competição, desconfiança e busca por glória; John Rawls, que propõe a razão pública como base para uma convivência justa entre os povos; e Immanuel Kant, cujo ideal de paz perpétua advoga pelo respeito mútuo e cooperação internacional. A relevância do estudo insere-se no contexto atual, marcado pelo aumento de conflitos que agravam crises humanitárias e desafiam o direito internacional. O objetivo é propor a substituição da força pela diplomacia, promovendo uma governança ética baseada no diálogo e na justiça social. A hipótese conclusiva é que a superação da guerra será alcançada quando líderes mundiais adotarem um modelo ético de conduta e as sociedades fomentarem uma cidadania responsável. A persistência da guerra representa um retrocesso ético que contradiz a racionalidade humana, privando os indivíduos do potencial para uma convivência pacífica.

**Palavras-chave:** Guerra; diplomacia; razão pública; direitos humanos; cooperação internacional.

## Exclusão Social e Abjeção: Contribuições da Psicanálise para exame da instrumentalização do racismo

**Graziele Gonçalves de Lima**

Doutoranda em Filosofia (UNICAMP)

Bolsista CAPES

grazieleglima8@gmail.com

**Resumo:** Esta comunicação discute as dinâmicas psíquicas que estruturam os processos de exclusão social, com foco na instrumentalização do racismo e no conceito de abjeção, articulados por meio da psicanálise. Para isso, mobilizam-se as teorias de Michel Foucault, Achille Mbembe e Julia Kristeva, que nos oferecem chaves de leitura pertinentes para a compreensão das formas como o poder opera na desumanização de corpos racializados. No que se refere à processos de exclusão social, Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987) e *Em Defesa da Sociedade* (1999), identifica o biopoder como uma tecnologia política central na regulação das populações. Essa forma de governança utiliza normas disciplinares para legitimar a exclusão dos corpos desviantes. O racismo, nesse contexto, é descrito como um dispositivo biopolítico que opera protegendo a vida dos corpos “normais” enquanto desqualifica e elimina os “outsiders”. Achille Mbembe (2018) aprofunda essa análise ao introduzir o conceito de necropolítica, que enfatiza a lógica do biopoder. A necropolítica destaca o papel do Estado em determinar quem vive e quem morre, criando “zonas de morte” onde corpos marginalizados são desumanizados e descartados. Assim, o racismo é tanto biopolítico quanto necropolítico, funcionando como um instrumento que amplifica as dinâmicas de exclusão. A teoria do abjeto, proposta por Julia Kristeva em *Powers of Horror: Essays on Abjection* (1980), complementa essa discussão ao iluminar as dimensões psíquicas e culturais da exclusão. Para Kristeva, o abjeto não pertence exclusivamente ao domínio simbólico; ele é uma experiência visceral que se manifesta na rejeição de tudo que ameaça as fronteiras do sujeito. O abjeto marca uma tensão entre o eu e o não-eu, evocando no sujeito repulsa e ambivalência. Essa dinâmica psíquica é mediada por normas culturais que sustentam a expulsão, ou, a repulsa psíquica do não-eu. Partimos da argumentação de que as populações racializadas, são tratadas como abjetas, de modo que, a violência exercida pelo Estado, legitimada por discursos racistas, fragmenta a população e cria corpos descartáveis. Compreender essas dinâmicas nos possibilita a análise crítica sobre as formas de opressão contemporâneas e sobre como certos corpos são continuamente expostos à morte e à desumanização.

**Palavras-chave:** Biopoder; Necropolítica; Abjeção; Psicanálise.

## Pensar o *Eu* a partir da *pulsão*: necessidade ou desvio?

**Gustavo Campassi Salgado**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista FAPESP

gustavocampassipsico@gmail.com

**Resumo:** Na obra freudiana a instância psíquica do “Eu” é colocada como tendo sua origem ligada, *em última instância (in letzter Linie)*, ao influxo do mundo externo, que impõe muito precocemente limitações às demandas de satisfação pulsional do “Isso”. Com essa indicação entende-se ser possível estabelecer uma discussão em torno das relações entre o Eu e a pulsão, objetivo do presente trabalho, resultado de uma dissertação de mestrado. Nessa discussão procura-se dar especial ênfase à emergência do Eu no interior do jogo de forças estabelecido entre o pulsional e os influxos externos no aparelho psíquico. Isso nos leva a perscrutar mais detidamente os termos nos quais se elabora a circulação pulsional nos diferentes momentos da teorização freudiana para, por fim, averiguarmos os termos da relação pulsão - Eu no momento de maior acabamento conceitual desta doutrina. Procura-se compreender a emergência do Eu como, por um lado, produto das necessidades impostas pela circulação pulsional no interior do aparelho psíquico e, por outro, como advindo dos influxos externos sobre o aparelho. A pergunta norteadora que nos guia diz respeito à possibilidade de se compreender a emergência do Eu, no interior da trama da circulação pulsional, como uma espécie de desvio à realização da meta pulsional última e definitiva. Entendemos ser o momento final da obra mais relacionado ao problema delineado em virtude da introdução da pulsão de morte em sua trama conceitual e da assunção mais demarcada de um local no psiquismo para a pulsão. A introdução da pulsão de morte encontra-se vinculada a uma problemática no que tange à inscrição psíquica do pulsional, que diz respeito à sua relação para com a teoria representacional que é subjacente à teoria até então e à qual o conceito parece impor limites. De modo a articular um possível caminho que partisse da pulsão para o Eu a via escolhida é aquela aberta pelas figuras da representação no interior da metapsicologia freudiana.

**Palavras-chave:** Eu; Pulsão; Representação; Freud.

## Dominação e autoridade: reconhecimento e conflitos sociais a partir de Hegel e Kojève

**Gustavo Nascimento de Souza**

Mestrando em Filosofia (USP)

nascimento.souza@usp.br

**Resumo:** O texto tem a intenção de analisar o significado e desdobramentos políticos dos temas da dominação e autoridade para Hegel e Kojève. O foco principal se dará em torno da interpretação realizada por Kojève acerca da filosofia hegeliana, observando pontos de contato e afastamento de ambos os autores. Duas obras de Kojève serão a base para a análise, a saber, seu conjunto de preleções ministradas na década de 1930 a respeito da *Fenomenologia do Espírito* (1807) de Hegel, publicadas originalmente em 1947 como *Introdução à leitura de Hegel*, e *A noção de autoridade*, texto escrito em 1942, durante a ocupação nazista na França. Nestas obras, Kojève se aproxima da filosofia hegeliana, especialmente da passagem da dialética do senhor e servo e da luta por reconhecimento, tal que, a partir de suas elaborações, o autor busca analisar o papel da negatividade da consciência servil para a construção de uma atuação histórica no mundo (no caso da *Introdução à leitura de Hegel*) e esboçar uma teoria da autoridade a partir da relação senhor-servo (no caso de *A noção de autoridade*). O mérito da originalidade interpretativa de Kojève é ao mesmo tempo um dos principais pontos de tensão em relação a Hegel, na medida em que se afasta de certos pressupostos do sistema hegeliano. A principal diferença é em relação à solução da luta por reconhecimento em que, grosso modo, Hegel deriva um movimento de reconhecimento mútuo e conseqüente negação de ambas as posições unilaterais, senhor e servo, enquanto Kojève vislumbra uma substituição da posição de domínio do processo, com o servo tornando-se o verdadeiro e legítimo senhor. O texto, por fim, buscará explorar as conseqüências práticas e políticas das diferenças de ambos os autores, procurando analisar a questão da dominação em conjunto com o problema de conflitos sociais, sobretudo no que concerne a conflitos motivados pelo não reconhecimento de autoridade. Para isso, além das obras de Kojève mencionadas, a *Filosofia do Direito* (1820) é uma fonte primária importante para a exposição da posição hegeliana.

**Palavras-chave:** Hegel; Kojève; reconhecimento; domínio; autoridade.

## Perspectivas sobre o conceito de masoquismo em Freud: os anos de 1905 e as cartas a Fliess

**Helena Zoneti Rodrigues**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

helenazonetirodrigues@estudante.ufscar.br

**Resumo:** Nas *Novas conferências introdutórias à psicanálise* (1933), sobretudo na conferência *Angústia e Pulsões*, Freud recorda que sadismo e masoquismo se configuraram como fenômenos, ocorrências de sua teoria, vistos pela primeira vez como “a pedra de escândalo” de sua obra psicanalítica. Sabe-se da balbúrdia que emergiu no campo médico com sua publicação vista como polêmica acerca da teoria da sexualidade, com os *Três ensaios* (1905). Porém, sabe-se que ao longo das publicações de Freud, tanto o sadismo quanto o masoquismo, sobretudo este último, ganharam contornos específicos que os alicerçaram à própria teoria da libido, a ponto de Freud fazer desta dupla sua “pedra angular” da teoria psicanalítica. De pedra de escândalo a pedra angular, o intuito da apresentação é mostrar que talvez a ruptura não foi tão abrupta, ou seja, o fundamental no sadismo e masoquismo já se apresentava no corpo teórico freudiano. Partindo da hipótese de que talvez existisse um desejo de inovação no tocante ao sexual por Freud logo no primeiro dos *Três ensaios* (1905), principalmente em torno da dupla sadismo e masoquismo, a presente comunicação procurará abarcar questões e problematizações que rodeiam alguns contornos específicos no conceito de masoquismo que já emergiam em solo polêmico no primeiro dos *Três ensaios* (1905), preponderantemente visto como um compêndio de diversos autores acerca das perversões. Não apenas, as cartas trocadas entre Freud e Fliess que precederam a escrita e publicação do mesmo podem servir como auxílio para compreensão, mas também, levantamento de dificuldades para a definição de sadismo e masoquismo.

**Palavras-chave:** Masoquismo; Sadismo; Perversão.

# Imaginação e conhecimento, entre a filosofia de Merleau-Ponty e a ciência de Einstein

**Hugo Leonardo de Quadros e Tonon**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

hugotonon@live.com

**Resumo:** Contrário à tendência interpretativa que segrega a relação entre imaginação e conhecimento, nosso objetivo é demonstrar que uma cognição imaginativa pode nos conduzir ao conhecimento, o que faremos com base na filosofia de Maurice Merleau-Ponty e no *modus operandi* do cientista teórico Albert Einstein. Para isso, traçaremos um breve paralelo entre teses opostas: de um lado, Platão e Descartes, que negam tal possibilidade, e, de outro, Merleau-Ponty e Einstein, solidários a ela. Analisaremos os limites interpretativos impostos a tal capacidade e, por fim, apresentaremos a defesa da possibilidade de conhecimento tanto teórico quanto prático, conforme as contribuições filosóficas de Merleau-Ponty e da ciência de Einstein.

**Palavras-chave:** epistemologia; imaginação; ontologia.

## Os “trabalhos arqueológicos” de Goethe: entre filologia e história da arte

**Icaro González Ferreira**

Mestrando em Filosofia (USP)

Bolsista CAPES

Icaro.fgoncalez@gmail.com

**Resumo:** Examinaremos os comentários e traduções que Goethe faz de três textos da Antiguidade, que versam, de diferentes modos, sobre as artes. Os textos são: uma coletânea de epigramas que têm a Vaca de Míron, escultor grego, como tema; a descrição que Pausânias faz das pinturas de Polignoto no Lesque de Delfos, em seu *Hellados Periegesis*; as écfrases de Filóstrato de Lemnos, em seu *Eikones*. A dedicação a esses textos decorre dos esforços de Goethe de intervir nas artes de seu tempo, especialmente a pintura, aproximando-as da Antiguidade. Esses esforços se concentram em torno das *Preisaufgaben*, realizadas entre 1799 e 1805, concursos em que pintores deveriam executar um tema selecionado pelos amigos da arte de Weimar, na maioria dos casos extraído de Homero. É em busca de uma imagem da pintura da Antiguidade, em sua maior parte materialmente perdida, que Goethe se debruça sobre esses textos – de modo a revivê-la. A questão é que esses textos emergem de contextos em que vigora a instituição retórica, na qual os discursos são regulados de acordo com os gêneros – numa relação de adequação entre o efeito a ser produzido, a matéria, o estilo, a forma de tratamento –, numa complexa constelação de convenções. Assim, neles, a relação entre as obras de arte e os discursos não é da ordem da história da arte, da crítica ou da estética – invenções fundamentalmente modernas e cujas fronteiras, na época de Goethe, estavam em contínua disputa – mas a do gênero epidítico e do procedimento ecfástico. Nessa exposição, buscaremos delinear o modo como Goethe opera nesse campo movediço entre filologia e história da arte, numa atitude cambiante, em que ora reconhece e apela à instituição retórica e suas decorrências para a interpretação dos discursos, ora a suprime, tomando, por exemplo, o discurso de um Filóstrato como uma *Beschreibung* à maneira de Winckelmann.

**Palavras-chave:** Classicismo de Weimar; História da arte; Antiguidade; Estética; Retórica.

## Do centro ao limite: a transcendentalidade da linguagem em J. Lacan

**Izabela Loner Santana**

Doutoranda em Filosofia (UNICAMP)

Bolsista FAPESP

izabelalonersantana@gmail.com

**Resumo:** O objetivo da comunicação ora proposta é discutir a concepção de linguagem que encontramos no ensino lacaniano nos anos 1960 a partir das figuras do *transcendental* e do *limite* e como, a partir delas, real e simbólico entrelaçam-se. No início de seu ensino, em seu “retorno a Freud” nos anos 1950, Lacan construiu e fiou-se teoricamente em uma concepção de linguagem toda recoberta simbolicamente. Em sua própria versão do estruturalismo, ela tornou-se condição da experiência falante e da própria ciência psicanalítica neste lugar ontoepistemológico transcendental garantido pela lei promulgada por um significante transcendental, por um significante dos significantes — função ocupada tanto pelo nome-do-pai quanto pelo falo. Na passagem à década de 1960, porém, tal lugar da lei demonstrou-se não apenas transcendental como também transcendente a partir dos paradoxos derivados da definição de significante. Apesar disso, o psicanalista não recuou na mobilização da linguagem como estruturada e transcendental, passando a compreendê-la como limitada internamente e sem qualquer centro de garantia, promulgação ou origem; não sendo mais coextensiva ao simbólico, mas também determinada pelo real. Com tal mudança, como podemos avaliar a articulação entre transcendental e limite na determinação e localização da linguagem no ensino lacaniano? Como pensar a linguagem e o simbólico marcados pelo real? Qual o estatuto de uma linguagem assim definida? Para discutir tais questões e suas consequências, recorrerei aos comentários de Gilles Deleuze sobre a “casa vazia” — que desliza do transcendental ao limite da estrutura — em seu texto “*A quoi reconnaît-on le structuralisme?*” de 1967 e à discussão realizada por Jacques Derrida sobre estruturas centradas e descentradas em seu texto “*La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines*” de 1966.

**Palavras-chave:** Linguagem; Simbólico; Centro; Transcendental; Limite.

## Sujeito de Direito e Capitalismo: Forma-Jurídica e Forma-Mercadoria

**João Paulo Santiago Ferreira**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

jop.santiago1230@gmail.com

**Resumo:** Compreender a relação entre capitalismo e direito é essencial para se lançar as verdadeiras formas do direito encobertas pelas tradicionais leituras burguesas da Filosofia do Direito. Evgeni Pachukanis, na obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (1924), partindo das leituras da *Leitura da economia política do Velho Marx*, No livro *I d'O Capital* (1867), identifica o sujeito de direito como o átomo da relação jurídica e o instrumento pelo qual se pode desvelar como se engendra o direito. Partindo dessa premissa, conclui-se que o fenômeno jurídico somente foi possível existir em função das condições históricas e contraditórias existentes no capitalismo, pois em nenhuma outra sociabilidade há relação de equivalência. Outrossim, estas condições materiais são engendradas da forma-mercadoria, Destarte, a forma-jurídica é tão somente a forma-mercadoria, ou seja, a forma-valor: homens livres e iguais, capazes de se relacionar contratualmente a partir de sua autonomia da vontade. Essas condições foram necessárias devido às condições materiais do trabalho transformado em mercadoria. A partir da relação contratual sinalagmática, o trabalho pode ser vendido por trabalhadores que se transformaram em guardiões desta e de outras mercadorias. Essa universalização, em que tudo se troca por tudo de todos, é, justamente, onde reside a relação jurídica. Entretanto, o instante jurídico não é eterno, mas sim uma condição para exploração do trabalho e uma legitimação contratual da luta de classe. O Estado possui o monopólio da jurisdição e violência. Sua forma deriva da mesma existente na forma jurídica. A regulação surge como balizador de forças para dirimir as crises do capital e garantir o mais-valor e a propriedade privada. Nesse sentido, como último instituto, as formas-jurídicas universais são extintas para o nascer do Estado de exceção, o fascismo e a guerra violenta. Desse modo, o capitalismo pode ser identificado como uma sociabilidade de crise. Entretanto, a leitura burguesa do direito, camufla este movimento. Portanto, o capitalismo deve ser superado e junto com ele, suas formas de sociabilidade, isso significa a gradativa extinção do próprio direito.

**Palavras-chave:** Sujeito; Direito; Capitalismo; Forma-mercadoria; Pachukanis.

## A noção de desenvolvimento em *O poder psiquiátrico*

**Kaira Neder**

Doutoranda em História (UNESP)

Bolsista CAPES

nederkaira@gmail.com

**Resumo:** Em diversos momentos Foucault salientou a aproximação entre a figura do louco e da criança: o tema aparece em seu livro renegado “Doença mental e Psicologia” e retorna em *História da Loucura*. Ambos os trabalhos versavam especificamente sobre a loucura: enquanto o primeiro ocupou-se do estatuto da doença mental na perspectiva analítica de sua evolução, o da história individual e da análise de sua própria existência, o segundo objetivava apreender as formas de representação da loucura na idade clássica. Mas até então as análises de Foucault sobre a loucura se limitavam a sinalizar a aproximação do louco à criança. O tema é novamente mencionado em *O poder psiquiátrico*, curso no Collège de France em que Foucault revisita *História da Loucura* através do método genealógico. Em contraponto à perspectiva analítica da História da Loucura em que se interrogava sobre as formas de representação da loucura, Foucault visa agora o dispositivo da loucura, isto é, o entrelaçamento de saberes e de práticas que culminaram na produção desse objeto que é a loucura na modernidade. É nesse ponto que Foucault aprofunda o tema da aproximação da criança ao louco: ao investigar os conceitos e ao interrogar sobre as práticas que suportaram essa similitude. Foucault desemboca, então, na emergência da noção de desenvolvimento na psiquiatria ao longo da primeira metade do século XIX. Nas definições de Seguin da idiotia (interrupção do desenvolvimento) e do retardo (desenvolvimento mais lento) Foucault encontra uma transformação: não se trata mais de noções, como em Esquirol, em que se é privado de uma faculdade por vícios de constituição orgânica, mas sim de um processo que atinge a dimensão orgânica e psicológica do indivíduo, de uma relação entre o indivíduo e a carga hereditária/seu meio. Gostaríamos neste trabalho de detalhar todo o requinte da leitura de Foucault do conceito de desenvolvimento nesse curso. Mostraremos como a noção de desenvolvimento está entrelaçada com outros conceitos (meio, vida e biopolítica) recorrentes nas análises de Foucault sobre a modernidade. Dessa forma, pretendemos mostrar como ele é nodal não apenas à hipótese sobre o poder psiquiátrico, mas também às análises sobre a biopolítica.

**Palavras-chave:** Foucault; Desenvolvimento; Meio; Loucura; Infância.

## A sociedade contra o Estado: A guerra enquanto mecanismo social primitivo na obra de Pierre Clastres

**Laísa Lorena Massa**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CNPq

laisalorena@outlook.com

**Resumo:** Pierre Clastres, no desenvolvimento dos seus estudos, busca construir um projeto de antropologia política a fim de afirmar as Sociedades contra o Estado. Como modo de reformular a disciplina antropológica, elabora estudos sobre mecanismos sociais primitivos que possuem função de conjurar a figura estatal, ao passo que também são formadoras da política primitiva. A guerra seria um destes mecanismos de conjuração que promove e institui o funcionamento da “*políteia salvage*”, organizando as relações das comunidades tanto internamente quanto externamente. O contra Estado seria efetuado pela guerra, estabelecendo uma dinâmica centrífuga entre as comunidades em oposição ao movimento centrípeto do órgão estatal, o contra Hobbes clastreano que privilegia a guerra enquanto fator da determinação social primitiva.

**Palavras-chave:** Pierre Clastres; guerra; Estado; poder; sociedade primitiva.

## Os desastres de Goya: catástrofe e história, ontem e hoje

**Leonardo Rodrigues Silvério**

Mestrando em Filosofia (USP)

Bolsista CAPES

lsilverio@usp.br

**Resumo:** Nossa comunicação tem o objetivo de apresentar a série de gravuras *Os desastres da guerra* (1810-1815/1863), do artista Francisco Goya, feita durante a época da invasão napoleônica – chamada de Guerra Peninsular –, retratando os horrores cometidos durante 1808 e 1814. Argumentamos que a série pode ser lida dentro do conceito moderno de catástrofe, como propõe Annie Le Brun em *O sentimento da catástrofe* (2011), e que as cenas compostas por Goya expressam, também, um olhar crítico a respeito do conceito de história, ao qual recorreremos às teses de Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história* (1940), para pensar de que maneira a obra do artista espanhol expressa o avesso – complementar e necessário – da *Aufklärung*, ou esclarecimento. A relação intrínseca entre “progresso” e “barbárie”, como foi elaborada por Benjamin, parece ser tematizada por Goya em suas gravuras por um ponto de vista crítico e produzida em imagens por uma imaginação que prenuncia a consolidação do que se compreende enquanto modernidade, que nos alcança até hoje. Parece-nos que, como aquilo que Giorgio Agamben chamou de “contemporâneo” em *O que é o contemporâneo?* (2009), poderíamos enxergar a atualidade crítica de Goya através dessas reflexões sobre a catástrofe e a história como uma disputa a respeito da temporalidade e da memória que nos impelem, ainda hoje, como uma certa relação anacrônica sobre o conhecimento que se obtém através do olhar do presente direcionado ao passado, buscando a sobrevivência das imagens, como sugere Georges Didi-Huberman em *Diante do tempo* (2000). Assim, nosso argumento visa organizar certas relações de temporalidade inscritas nas noções de catástrofe e história tendo como objeto algumas das imagens de Goya sobre o desastre napoleônico na Espanha e vislumbrar seu teor de verdade que nos alcança hoje.

**Palavras-chave:** Catástrofe; Francisco Goya; Guerra; História.

## Verdade e justiça: uma história do impacto político do mercado na modernidade

**Lívia Francisco Arantes de Souza**

Doutoranda em Filosofia (UFSCar)

liviaarantes@ufscar.br

**Resumo:** A proposta do trabalho é enfatizar a conexão estabelecida por Michel Foucault entre a pesquisa sobre o liberalismo, realizada no curso *Nascimento da biopolítica*, ministrado em 1979, e as investigações do início dos anos 70 sobre as teorias e práticas punitivas e jurídicas na modernidade. O ponto de partida é o panorama histórico do impacto político do mercado na modernidade, apresentado na segunda aula do curso de 1979. A ideia é ressaltar o exercício de Foucault de situar sua pesquisa sobre o liberalismo entre dois eixos-chave que foram fundamentais para as pesquisas que ele desenvolveu nos anos anteriores: o eixo da justiça e o da verdade. Com essa abordagem, o estudo explora as aproximações e diferenças entre *Nascimento da biopolítica* e as conferências ministradas no Brasil em 1973, reunidas sob o título *A verdade e as formas jurídicas*. Desse modo, espera-se marcar distância de leituras que apontam que o interesse de Foucault pelo liberalismo marca o abandono das suas reflexões sobre as relações de poder realizadas no início dos anos 70. Diferentemente, o trabalho defende que a potência crítica e a atualidade do pensamento foucaultiano residem na possibilidade de articulação entre as diferentes perspectivas sobre as relações de poder que permeiam seu percurso filosófico.

**Palavras-chave:** Justiça; Verdade; Mercado; Liberalismo; Biopolítica.

## Guerrear pelo supérfluo?

**Mateus Lima dos Santos**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

Mtlima42@gmail.com

**Resumo:** Grande parte da *República* envolve a teorização de uma boa cidade, guiada por uma constituição política justa: a Kallipolis. Antes de adentrar ao terreno normativo referente às bases dessa constituição, a personagem Sócrates discorre acerca da gênese dos agrupamentos de seres humanos que originam as cidades. Desde o início desse projeto, a investigação é orientada pelo preceito de que os homens diferem por natureza, de modo que devem realizar trabalhos distintos. Por essa razão, a guerra é vista como uma especialidade a ser levada a cabo por agentes naturalmente propensos à defesa da cidade. Embora o intuito do diálogo seja o encontro de uma definição de justiça, um dos primeiros ganhos do empreendimento é a compreensão da origem da guerra: ela surge quando as cidades crescem a ponto de seu território tornar-se insuficiente para a subsistência dos habitantes. A fim de suprir essas necessidades, será preciso invadir os territórios das cidades vizinhas que, por sua vez, se defenderão. Mas as necessidades que levam à guerra não são aquelas básicas, que teriam feito os homens se agruparem para saciá-las de forma mais eficaz. Trata-se, antes, do desejo pelo supérfluo, que faz a cidade perder seu equilíbrio e, rumando para o conflito, arriscar-se ao desaparecimento. Entre esses desejos, Platão cita o desejo pelo luxo, pelas comidas sofisticadas e pelas artes. Pretende-se, nesta comunicação, examinar a relação entre a origem da guerra e o desejo pelo supérfluo.

**Palavras-chave:** Platão; guerra; supérfluo.

## “A revolução não será transparente”: a questão do sujeito de Lacan no tema marxiano da alienação

**Matheus Henrique Cezarino**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

[mhcezarino@estudante.ufscar.br](mailto:mhcezarino@estudante.ufscar.br)

**Resumo:** A partir de um comentário de Alain Badiou sobre o sujeito lacaniano ser um recurso obrigatório para o marxismo em crise, investigou-se a possibilidade de explorar essa articulação entre o ensino de Lacan e a teoria marxiana no tema da alienação e do fetichismo da mercadoria. Para a realização da proposta, utilizamos os *Manuscritos econômicos-filosóficos* e *O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo* (em *O capital – Livro I*) de Marx, assim como textos lacanianos que tratam da relação entre sujeito e alienação, com ênfase nos *Escritos* e no *Seminário 11*. Com isso, pretendemos localizar pontos nessa articulação nos quais possamos verificar a pertinência da proposta badiouana ao considerar os desdobramentos do sujeito dividido de Lacan diante do fenômeno da alienação e da perspectiva marxiana em sua resolução. Diante da divisão marxiana entre a figura do proletariado enquanto sujeito prático-objetivo da revolução e o ser genérico, a psicanálise lacaniana traz uma noção de sujeito que é capaz de reatualizar a posição do proletariado em que ele não é nem classe objetiva positivada e nem abstração de uma universalidade genérica, mas expressão de uma verdade inerente ao conflito estrutural que o produz como *sujeito dividido*. Tomado como ponto de partida para outros desdobramentos na relação entre psicanálise lacaniana e a práxis marxista, o trabalho se apresenta como um início de caminho para que possamos cogitar possibilidades mais opacas e difusas nos rumos da revolução.

**Palavras-chave:** Psicanálise lacaniana; Marxismo; Sujeito; Alienação; Fetichismo da mercadoria.

## Racismo, identidade e laço social: O discurso do capitalista no Brasil

**Miguel José Camargo de Jezus**

Mestrando em Filosofia (UNICAMP)

Bolsista CAPES

m261432@dac.unicamp.br

**Resumo:** Os discursos na obra de Jacques Lacan são concebidos como formas de laço social. Trata-se de um conceito que não é cernido nas palavras, mas em sua estrutura e sua capacidade de agenciar sujeitos e suas relações. Os discursos são, portanto, estruturas sem palavras. O princípio que rege o funcionamento dos discursos é sua função de, a partir da linguagem, aparelhar o gozo; trata-se, portanto, da relação dos sujeitos do inconsciente com o gozo e sua ilusão de captura. Em 1972, Lacan apresentou o conceito de discurso capitalista, uma derivação moderna do discurso do mestre. Concebido como um discurso que não faz laço, em que seus termos tornam-se apenas objetos de consumo na dinâmica do mercado. Sua estrutura é baseada em um esgarçamento do laço social pautada na espoliação do gozo do outro a fim de produzir mais-valia. Esse discurso age como um imperativo insaciável, o mais-de-gozar. O discurso é sempre operado a partir de um semblante - um regime de aparências que se apresenta como o lugar onde o sujeito é falado. Nossa hipótese é pensar a raça como um semblante do discurso do capitalista, que organiza os modos de identificação e sociabilidade a partir de critérios aparentes de discriminação. Nos propomos a pensar o racismo como uma das formas em que esse discurso se apresenta e se mantém, justamente por ser um mecanismo baseado na divisão e exploração de pessoas racializadas. Consideramos que: i) o capitalismo é um regime de exploração de mais-valia e de mais-de-gozar; (ii) as bases históricas do capitalismo no Brasil são pautadas no colonialismo e no racismo que justificou a exploração de corpos racializados, e (iii) sendo o discurso uma forma de agenciar como o sujeito se dispõe no campo da linguagem, o racismo aparece como uma ferramenta do discurso do capitalista para legitimar a exploração de pessoas racializadas. Nossa hipótese, sustentada nas investigações de Achille Mbembe e Lélia Gonzalez, aponta que as consequências dessa operação são as formações de identidades raciais essencializadas e fixadas, pautadas na diferença entre brancos e negros.

**Palavras-chave:** Jacques Lacan; Racismo; Laço social; Identidade; Discurso do capitalista.

## Freud e a desumanização do sexo

**Pedro Fernandez de Souza**

Doutor em Filosofia (UFSCar)

pedrofsouza@gmail.com

**Resumo:** Nas últimas páginas de *Além do princípio do prazer*, de 1920, Freud diz que as imprecisões de algumas de suas formulações conceituais residem no uso necessário da “linguagem figurada da psicologia”, afirmando que, caso lhe fosse possível substituir os termos psicológicos pelos fisiológicos ou químicos – linguagem igualmente figurada –, “as falhas da nossa descrição provavelmente desapareceriam”. Ora, é curioso notar como Freud, ao longo dessa sua obra, emprega termos originalmente psicológicos para se referir a relações entre elementos *não-psicológicos* – e o faz apontando “aspas” aos termos. Por exemplo, ao falar do choque entre dois protozoários, “precursor da reprodução sexual”, Freud diz que eles podem “copular” (“*kopulieren*”), e chama esse choque de *Kopulation*. Um pouco antes, ao tratar do surgimento dos primeiros *Triebe* nos primeiros seres vivos, Freud diz que, apesar de a diferença sexual não existir no início da vida na Terra, os *Triebe* que “mais tarde viriam a ser designados [*bezeichnend*] como sexuais” já existiam então, contrapondo-se aos “*instintos do eu*” (“*Ichtriebe*”). A essa afirmação, Freud adiciona uma nota de rodapé explicando que “*Ichtriebe*” é uma “designação [*Bezeichnung*] provisória”. Páginas mais tarde, ao transpor a terminologia da teoria da libido para as relações entre células, Freud diz que os agregados celulares são feitos por vinculações libidinais entre as células, mas as células germinais, em contraposição, se comportam de um modo absolutamente “narcísico” (“*narzißtisch*”), ou seja, sem se relacionar com nenhuma outra. Nesses momentos desse texto em específico, Freud parece estar descendo às primícias da vida unicelular na Terra, para falar da “sexualidade” de um modo geral. Na simplicidade dos protozoários e das células, Freud nota caracteres “sexuais” (“libidinosos” ou “narcísicos”), mas, ao fazê-lo, parece concomitantemente *desconstruir* o vocabulário psicológico anterior: trata-se de “cópula” sem sexo, de instintos do “eu” sem eu, de “narcisismo” sem Narciso; em suma, trata-se de um *sexo inumano*, sem rosto, sem nome, sem identidade. Essa “desumanização do sexo”, por fim, nos revela elementos importantes da construção freudiana de seu *vocabulário*, que não é jamais fixo ou rígido, mas sempre apto a ser remanejado, revisado e alterado.

**Palavras-chave:** Freud; Linguagem; Sexo; Narcisismo; Libido.

## O primado do interesse prático na questão cosmológica da liberdade na Crítica da Razão Pura

**Rafael Tessare Dias**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista FAPESP

rafa.t.dias@gmail.com

**Resumo:** Kant afirma na *Crítica da Razão Prática* que o conceito de liberdade, na medida em que sua realidade é provada por uma lei apodíctica da razão prática, constitui a pedra angular de todo o edifício de um sistema da razão pura, e mesmo da razão especulativa. Essa conhecida afirmação, embora enfatize a importância da liberdade para o pensamento de Kant, parece indicar que apenas a segunda *Crítica* daria centralidade a ela. Contudo, é preciso notar que a liberdade possui centralidade já na *Crítica da Razão Pura*. Conforme algumas indicações de Kant, a questão da liberdade não apenas constitui o início da filosofia crítica como problema antinômico, mas também possui um grande alcance doutrinal para a primeira *Crítica*, uma vez que a resolução desse problema diz respeito à própria possibilidade de compreender criticamente a moralidade. Mas, apesar da importância que possui, o conceito de liberdade nessa obra está envolto em uma dificuldade substancial. A saber, o que Kant diz sobre a liberdade no Cânone da Razão Pura parece ser contrário à sua posição na Dialética transcendental. Se é assim, teríamos na primeira *Crítica* duas teorias da liberdade? A presente comunicação propõe abordar esse problema considerado clássico na literatura kantiana não pela perspectiva da contradição em si, mas por um possível caminho que pode indicar, para além da contradição, uma complementariedade entre a Dialética e o Cânone. Para isso, utilizaremos como fio condutor três passagens da Dialética e uma do Cânone onde Kant sugere haver uma predominância do interesse prático na questão antinômica da liberdade. Ao final, tentaremos demonstrar textualmente que pela perspectiva do interesse prático da razão é possível não apenas compreender melhor o notável esforço teórico de Kant na Dialética transcendental, mas também validar um Cânone como fechamento para a obra.

**Palavras-chave:** Liberdade; antinomia; Cânone; Dialética; *Crítica da Razão Pura*.

## A função da forma no furor poeticus de Marsílio Ficino

**Richard Lazarini**

Doutorando em Filosofia (UNESP)

Bolsista CAPES

richard.lazarini@unesp.br

**Resumo:** Marsílio Ficino (1433-1499) tratou da “inspiração poética” - abordada também por Platão em *Fedro* e *Íon* - chamando-a de *furor poeticus* (“furor poético”). Diferentemente de Platão, M. Ficino não entende o *furor* como um ato divinal que rapta a razão humana. Na concepção ficiniana, o *furor poeticus* se realiza na internalidade antrópica. Para isto ocorrer, deve haver a recepção dos entes sensíveis (compostos de matéria e forma) pelos sentidos corpóreos, afetando o espírito. A forma, em relação com o espírito do homem, causa o seu abrandamento para, na interioridade, fazer surgir o *furor poeticus*. A forma do ente sensível se inter-relaciona com níveis que, por ultrapassarem a esfera material, são ontologicamente superiores ao indivíduo humano: dos corpos celestes a instância formal recebe os sons astrais e, dos graus metafísicos, a luz, que dá existência aos sensíveis. A relação do homem com a luminosidade e a sonoridade das formas transforma a operação espiritual, possibilitando-a atuar segundo os influxos do *furor*, que concede melhor funcionamento às capacidades da imaginação e da *phantasia*, a quais conectam o espírito à Alma. O *furor* permite a ascensão da Alma, que se direciona ao princípio de todas as coisas, o Uno. Daí ser necessário indicar que, de certa maneira, o *furor poeticus* brota da articulação entre a forma do sensível e o espírito humano. Destaque-se que a *forma* diz respeito ao objeto desta comunicação, visto que é por meio dela que o espírito manifesta o *furor poeticus*, ou seja, pela forma será possível compreender a maneira pela qual o *furor* emerge na interioridade do ser humano. Cumpre-nos, portanto, apresentar a função ontológica da forma no *furor poeticus* ficiniano.

**Palavras-chave:** Ficino; forma; *furor poeticus*; espírito; Platão.

## O conservadorismo na proposta estética do jovem Nietzsche

**Sergio Carvalho da Fonseca**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

sergio.fonseca@estudante.ufscar.br

**Resumo:** Em seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia*, o jovem Friedrich Nietzsche questiona o pensamento filosófico de Sócrates, a reflexão estética de Aristóteles representada por sua *Poética* e, como encadeamento lógico final, as tragédias de Eurípedes. Segundo Nietzsche, as obras desse trágico estabeleceram um racionalismo socrático aos personagens que levou ao início dos questionamentos acerca da forma como a presença dos deuses se dava na vida humana e a fatalidade do destino atribuído por eles. Aquilo que em primeiro momento poderia significar uma proposta de revolução do pensamento estético, em *O nascimento da tragédia* mostra-se, no decorrer da leitura, uma proposta conservadora de manutenção da tradição da poesia trágica. Esta perspectiva é realçada por Nietzsche quando compactua com o conteúdo das peças escritas pelo comediógrafo Aristófanes, representante do pensamento conservador ativo na sociedade ateniense da época de Sócrates e Eurípidos.

**Palavras-chave:** Nietzsche; estética; tragédia.

## O desejo pela servidão na teoria freudiana

**Tiago Carvalho Lombardi Tosta**

Mestrando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CAPES

tiagolombardill@gmail.com

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é compreender, a partir da teoria freudiana, elementos psicossociais que conduzem alguns indivíduos a desejarem a sua condição de dominação. Tomando como referência central dois textos de Freud, “Por que a guerra?” (1932) e “Totem e Tabu” (1913), buscaremos analisar como o autor entende a passagem do estado de natureza para um estado de organização cultural baseada no direito. No estágio natural da humanidade, Freud descreve a existência de um regime em que imperava a lei do mais forte. A violência bruta funcionava como um modo opressor de organização no interior das hordas humanas. Diante disso, um ato de insurreição marca a passagem para a cultura. Os oprimidos unem suas forças e matam o tirano, instituindo uma organização social pautada no que seria o protótipo do direito. Freud observa que essa transição para a cultura não eliminou a violência como instrumento mediador da organização grupal. As instituições se apropriaram dela como dispositivo regulador das leis e os dirigentes da sociedade mantiveram as relações de poder por meio de sua força coercitiva. Ou seja, de certa forma, o direito resgata algo da lei do mais forte, pois reflete interesses de uma classe dominante e perpetua um regime de dominação. No entanto, Freud afirma que a manutenção de uma comunidade depende, além da violência institucional pautada no direito, dos vínculos afetivos criados entre os seus membros. Esses vínculos, produzidos pelas identificações, ocorrem a partir dos ideais compartilhados e objetivados pelo grupo. O desejo pela dominação, do qual o nosso trabalho trata, ocorre a partir do momento em que há a identificação dos oprimidos com os seus opressores, o que Freud constata no decorrer de sua obra. Tendo a culpa e o medo como dispositivos fundamentais de controle, a cultura preserva as relações de opressão. Como complemento das instâncias coercitivas, o regime cultural de dominação também se sustenta por meio das identificações da classe dominada com os ideais produzidos pela classe dominante, o que acaba, por esse meio, produzindo as condições que levarão à servidão voluntária.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Cultura; Dominação; Servidão.

## Sobre o conceito de Inconsciente na obra do jovem Adorno

**Vitor Salmazo**

Doutorando em Filosofia (UFSCar)

Bolsista CNPq

salmazo.vitor@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo examinar a concepção de sujeito em um texto de juventude de Theodor W. Adorno, intitulado O Conceito de Inconsciente na Doutrina Transcendental da Alma. Esse manuscrito, rejeitado por seu orientador como parte dos requisitos para sua Habilitação, oferece uma oportunidade única para investigar as continuidades e rupturas no pensamento de Adorno entre sua formação acadêmica e o desenvolvimento posterior de sua obra. A análise parte da emergência do conceito de sujeito com Descartes, que inaugura a modernidade filosófica ao estabelecer o “cogito” como fundamento do conhecimento. Em seguida, aborda-se a transformação desse conceito na Filosofia Crítica de Kant, cuja revolução copernicana redefine o papel do sujeito como transcendental, responsável pelas condições de possibilidade do conhecimento. Essa perspectiva kantiana torna-se central para o movimento neokantiano, que floresce na Alemanha entre o final do século XIX e o início do século XX, onde vemos a teoria kantiana sendo utilizada como inspiração para a fundamentação de teorias da ciência. Com essa reconstrução histórica como pano de fundo, o foco se volta para o texto adorniano, examinando de que maneira ele articula a possibilidade científica do conceito de inconsciente. Adorno utiliza a doutrina transcendental da alma, apresentada na Crítica da Razão Pura, para fundamentar a noção de inconsciente dentro da tradição científica do neokantismo. Por meio dessa análise, buscamos evidenciar como o jovem Adorno se apropria e tensiona a tradição filosófica, antecipando elementos fundamentais de sua obra posterior.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica; Theodor W. Adorno; Inconsciente; Psicanálise.